

A PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE OUVIDOR (GO)

Isabel Alves Teixeira

Graduanda do Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão.
E-mail: isabel_alvestei@yahoo.com.br

Estevane de Paula Pontes Mendes

Professora Doutora do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão.
E-mail: iemendes@ibest.com.br

Resumo: O presente texto propõe analisar o desenvolvimento da agricultura brasileira, especialmente a produção rural familiar, suas estratégias de reprodução na atualidade em particular no município de Ouvidor (GO). A realização desta pesquisa assentou-se na discussão teórico-conceitual, na qual possibilitou o conhecimento de teorias e concepções a cerca da temática proposta e, ainda, pesquisa de campo em algumas propriedades rurais das comunidades Paraíso de Cima, Paraíso do Meio e Água Limpa. Nota-se que a produção rural familiar se estabelece a partir da relação entre terra, trabalho e família, elementos dos quais tem assegurado sua reprodução. Em Ouvidor (GO), o produtor rural familiar faz adoção da produção diversificada como meio para garantir sua inserção no mercado local e das cidades vizinhas, caracterizando assim sua estratégia de reprodução na atualidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Terra, trabalho e família. Ouvidor (GO)

Introdução

A agricultura familiar se desenvolveu no Brasil, através de uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de uma minoria, que foi intensificada pela Lei de terras em 1850, a partir desse contexto, a terra historicamente, tornou-se um monopólio sem ser um produto do trabalho social. E após 1950, com o desenvolvimento do sistema socioeconômico capitalista, intensifica-se a industrialização agrícola, o Estado passa a ser um instrumento de apoio aos interesses dos latifundiários, assegurando a expansão do capitalismo e concedendo créditos para viabilizar a modernização da agricultura.

Após a década de 1960, o Brasil adota um novo modelo tecnológico de produção, denominado de Revolução Verde, no qual vai mudar as bases da agricultura tradicional brasileira, intensificando ainda mais a diferenciação social e econômica entre a agricultura empresarial moderna e a agricultura familiar. Políticas públicas somadas ao período técnico-científico-informacional asseguram o aumento da produção e produtividade da terra e do trabalho nas relações capitalistas de produção. Agravando conseqüentemente os problemas sociais por meio da concentração da terra e da renda.

Diante desse contexto, este trabalho visa analisar o desenvolvimento da agricultura brasileira, especialmente a produção rural familiar, suas estratégias de reprodução na

atualidade em particular no município de Ouvidor (GO). A pesquisa tomou por amostra as comunidades: Paraíso de Cima, Paraíso do meio e Água Limpa, a fim de conhecer e analisar a realidade socioeconômica e política vivenciada pelos agricultores familiares da região na atualidade.

Para a realização da pesquisa foram realizadas entrevistas com os agentes de saúde de Ouvidor do PSF-Programa de Saúde da Família, sendo que estes conhecem todos os estabelecimentos rurais e famílias do campo, com o Presidente da Associação de Pequenos Produtores do município, além de visita a feira livre do comércio local e de algumas propriedades rurais, objetivando investigar a atual situação da produção rural familiar no município de Ouvidor (GO).

No campo teórico, faz-se muito importante às análises e reflexões a cerca da produção rural familiar, sendo que boa parte da produção interna do país se deve a produção familiar que tem como potencial a diversidade na produção de gêneros alimentícios e no uso múltiplo dos recursos naturais.

A estrutura fundiária brasileira: algumas características da produção rural familiar

Diante das transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e dos novos arranjos espaciais presentes no decorrer da história da humanidade é necessário que se faça uma análise a cerca do desenvolvimento histórico da agricultura brasileira, especialmente da produção rural estruturada no trabalho familiar. Desse modo faz-se importante ressaltar algumas questões presentes no desenvolvimento da produção rural familiar, pois está desenvolveu-se no Brasil a partir de condições desfavoráveis de produção, comparada com a agricultura empresarial moderna voltada para exportação que detém todo o aparato técnico e financeiro, concentrando as melhores terras para se desenvolver.

A unidade de produção rural familiar é estruturada a partir da relação entre terra, trabalho e família, assentada na diferenciação e diversidade dos processos produtivos, o que tem assegurado sua integração na sociedade contemporânea. A organização interna dessas unidades de produção caracteriza uma economia doméstica, com formação de valores e conhecimentos construídos, segundo sua lógica interna. Para Mendes (2005).

A organização de espaços e a combinação de espécies e variedades vegetais, enfim a organização da produção e da vida social são construídas com base em modelos de saber e de conhecimento do meio ambiente que representam mais que um conhecimento especializado para cultivar suas terras. Esse

conhecimento é parte de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens. (MENDES, 2005, p. 62).

Diante desse contexto, as unidades de produção rural estruturada no trabalho familiar têm sua origem histórica vinculada ao regime colonial em que a maior parte surgiu nas fazendas de café. Nesse sentido, a estrutura fundiária brasileira assentou-se no latifúndio, na grande propriedade, se implantou sobre um modelo de servidão e exploração, ou seja, a apropriação do trabalho cativo nas grandes propriedades latifundiárias, na produção de monoculturas do café, cana-de-açúcar, cacau e, posteriormente, à pecuária.

Em 1888, no Brasil ocorreu um período transitório, do escravismo para o trabalho livre. De acordo com Martins (1981), o fazendeiro latifundiário capitalista não praticava apenas relações de produção no interior da fazenda, mas também relações de troca fora da fazenda, como o comércio. Comércio este, no qual, o escravo era considerado uma mercadoria¹. Para este a sua liberdade constituía-se na negação do trabalho, já para o trabalhador livre² o seu trabalho é condição de liberdade. “A escravidão colonial, definia-se, portanto como uma modalidade de exploração da força de trabalho, baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial” (MARTINS, 1981, p. 16). Desse modo, o capital transforma o próprio trabalhador, passando este da condição cativa para a coerção ideológica.

Segundo Mendes (2005), os vários problemas presentes na atualidade, principalmente no que se refere a concentração da propriedade fundiária e da renda, são decorrentes da política de ocupação e organização do espaço agrário brasileiro. Política esta submetida aos interesses da expansão econômica européia. O modelo de desenvolvimento e colonização do Brasil é marcado historicamente pelas políticas favoráveis as grandes explorações, deixando as pequenas explorações a uma posição secundária, marcando assim a dicotomia presente na ruralidade brasileira.

O tipo de exploração adotado no Brasil assentou-se na grande propriedade, com a exploração de monoculturas, através do trabalho escravo. A aquisição de terras se dava pela concessão de Sesmaria, concedidas pela capitania da coroa, pela Ordem Real de 1695, introduzindo o Estatuto Sesmarial, que beneficiava aqueles que tivessem mais condições de cultivá-las e adquirir escravo, ou seja, aos mais ricos, concedendo-lhes grandes áreas de terras. Mendes (2005) destaca que a apropriação e a exploração da terra ocorreram por meio de atos de

¹ O escravo como renda capitalizada que produz lucro, antes mesmo de começar a produzir mercadorias. O escravo tinha dupla função: fonte de trabalho e penhor de pagamento dos empréstimos do seu dono (MARTINS, 1981).

² Separado dos meios de produção, incorporado ao capital através da venda de sua força de trabalho por um regime de trabalho assalariado (MARTINS, 1981).

crueldade e violência sobre as populações nativas, cujo direito de propriedade de terra não foi assegurado ou exercido.

Sob a regência de D. Pedro I, o governo brasileiro suspendeu o regime de concessão de Sesmaria, pouco antes da Independência do Brasil, em 1822. Entretanto, com a ausência de um regime estatutário que regulamentasse o acesso a terras no Brasil entre 1822 e 1850, possibilitou que as grandes propriedades aumentassem ainda mais seus domínios. Porém, começa haver conflitos entre dois pólos de grande influência, de um lado a aristocracia latifundiária açucareira nordestina, a burguesia mercantil do Rio de Janeiro e do outro lado os grandes fazendeiros (mineiros, fluminenses e paulistas), pela disputa das melhores terras.

Surge então a necessidade de uma lei que regulamentasse essa situação, ou seja, a Lei de Terras de 1850, conhecida também como divisor de águas, o objetivo desse novo Estatuto da Terra, era dificultar o acesso à terra a outros produtores, colonos, imigrantes e ex-escravos que trabalhavam a terra, sendo que esta só poderia ser ocupada mediante a compra. No entanto, a Lei de Terras (1850), não foi colocada em prática pelos possuidores de Sesmarias e grandes latifundiários, sendo que estes legitimaram seus direitos através do Registro Paroquial em 1854, no qual falsificavam registros e documentos de posse, desapropriando os pequenos proprietários.

Com a Lei de Terras (1850) e logo em seguida a Abolição da escravatura (1888), permitiu-se que formasse outra modalidade de trabalho livre, que veio substituir a mão-de-obra escrava, sem, no entanto ameaçar a economia assentada na grande propriedade. De acordo com Martins (1981), nesse período surge uma nova relação de trabalho entre o fazendeiro e o trabalhador. Segundo o autor

O Trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. (MARTINS, 1981, p. 12).

Após a implantação da Lei de Terras (1850), a terra torna-se cativa, sendo considerada mercadoria, cria a sujeição do trabalho ao capital. No contexto da abolição da escravatura (1888), a estrutura fundiária brasileira enfrenta uma crise em relação à mão-de-obra. Assim, o Estado passa a incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros, para fornecer mão-de-obra nas grandes propriedades, eram lhes concedido pequenas áreas de terras, geralmente devolutas, mal localizadas, poucos férteis já esgotadas pela cafeicultura desprezada pelas grandes lavouras.

Por traz dessa ocupação dos imigrantes estava o interesse dos latifundiários beneficiados pelo Estado.

Após a implantação da Lei de Terras (1850), iniciou-se um processo de modernização das técnicas de cultivo da agricultura. O complexo rural cedeu lugar aos Complexos Agroindustriais (CAIs), integrando as atividades agrícolas a indústria, setores estes que passaram a depender de maquinário, equipamentos e insumos em geral. O Estado assume um papel crucial na expansão desse modelo de organização do espaço rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e outros incentivos estatais. Já a produção rural familiar estava voltada para atender as necessidades das grandes propriedades, pois, o Estado não organizou um sistema comercial conveniente e capaz de atender as necessidades desses produtores, tornando esta uma atividade subsidiária da grande lavoura.

Após a segunda Guerra Mundial (1945), começou a ser adotado um novo modelo tecnológico de produção agrícola e pecuária nos países capitalistas, denominado de Revolução Verde³. Esse modelo chegou ao Brasil a partir dos anos de 1950, iniciando um processo de “modernização” da agricultura tradicional brasileira. Mas é após 1960 que o Brasil adota em massa este pacote tecnológico; introduzindo a mecanização agrícola, através de maquinários, insumos químicos (venenos e fertilizantes), para as plantas, os medicamentos veterinários e as sementes ditas “melhoradas”, mudando assim as bases da agricultura brasileira.

Na verdade a Revolução Verde é um programa de desenvolvimento do capitalismo, voltado para o aumento da produção e produtividade agropecuária em qualquer tipo de solo ou clima. Através do financiamento de pesquisas e experimentos as grandes corporações intervêm no processo produtivo de forma planejada, monopolizando o fornecimento de sementes certificadas, adubos e equipamentos, além de controlar a articulação dos produtores oferecendo assistência técnica e crédito rural.

Desse Brum (1988), diz que o processo da Revolução Verde foi marcado pelas grandes corporações e introduzido de fora para dentro. Para consolidar seu poder essas empresas financiaram os custos iniciais que, posteriormente, foram assumidos por órgãos específicos do poder público. Para o autor, em 1943, no Brasil houve a fundação de três empresas vinculadas ao grupo Rockefeller - uma das grandes corporações que atuou na América Latina e EUA - são elas: a Cargill, ligada a comercialização internacional de cereais e a fabricação de rações; a Agroceres, destinada a pesquisas genéticas do milho e produção de sementes de milho híbrido; e Empreendimentos Agrícolas (EMA), voltada para fabricação de equipamentos para a lavoura.

³Programa idealizado pelo grupo econômico americano Rockfeler, no início dos anos 1940, nos Estados Unidos.

Além desses, na década de 1950 foram criadas associações em várias regiões do país para facilitar a obtenção de crédito rural para os grandes produtores.

De acordo com Görgen, nesses mais de 40 anos (1960-2007), a Revolução verde passou por algumas fases principais. A primeira fase de 1960 a 1990 a produção estava voltada para a exportação, concentração das terras nas mãos dos grandes produtores, sua crise ocorreu através do mau uso dos recursos naturais, com a contaminação do solo e das águas através do uso intensivo dos agrotóxicos e da produção em larga escala, dentre outros fatores.

Já a segunda fase da Revolução Verde ocorreu entre 1990 e 1999 com a rotação de culturas, através da recuperação do solo com planejamento das microbacias hidrográficas, uso de novas máquinas, o aumento da produção, etc. Nesta fase a crise se dá pelo uso intensivo de herbicidas, o surgimento de novas pragas força o aumento do uso de venenos em doses cada vez mais fortes. Os custos de produção e preços finais dos produtos passam a ser ditados pelo mercado internacional. Além da necessidade de grandes investimentos em técnicas modernas e de novos insumos viabilizando o lucro das empresas e o endividamento dos agricultores.

A terceira fase, após a década de 1990 até a atualidade é denominada de agricultura biotecnologia ou agricultura transgênica, na qual utiliza-se de modernas técnicas como das ciências biológicas, da mecânica, do geoprocessamento e da informática. Tem-se o controle da produção agropecuária por meio do uso de computadores e monitoramento por satélites.

Assim a Revolução Verde satisfaz seus interesses econômicos gerando um ciclo de dependência econômica e tecnológica dos países dominados em relação aos países dominantes que garante a compra dos produtos agrícolas por eles financiados e preestabelecidos de acordo com a demanda do mercado. Faz se importante, esclarecer que o “crédito rural”, de acordo com Brum (1988), subsidiado pelo governo, com recursos em partes oriundos de empréstimos obtidos pelo governo em bancos internacionais, utilizados para adquirir máquinas e insumos modernos pelos agricultores, é, de fato, crédito industrial, porque expande mais os interesses da indústria do que os da agricultura, que se torna um subsistema dentro e a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial.

Esse programa estadunidense deve ser visto por dois ângulos distintos. De um lado, em alguns países, onde houve reforma da estrutura agrária com redivisão de posse e uso das terras ela trouxe melhores resultados. De outro lado, como no Brasil, ela aumentou a concentração da terra nas mãos de uma minoria de agricultores em detrimento da expropriação de muitos pequenos produtores, resultando em graves conseqüências de ordem econômica e social. Segundo Görgen (2004, p. 83), “a Revolução Verde como um processo de

desenvolvimento do capitalismo na agricultura, concentrou renda, patrimônio e poder para a classe dominante e deixou problemas, sofrimento e miséria para a maioria dos pobres”.

Inúmeros fatores e características abrangem as diversas variáveis e transformações presentes no contexto da Revolução Verde, atribuindo-lhe um tema de pesquisa a parte. Desse modo o termo Revolução Verde, foi utilizado neste trabalho como suporte, a enorme diferenciação socioeconômica existente entre dois segmentos de produtores distintos: de um lado a agricultura empresarial moderna, com a incorporação maciça de capital e do outro lado à agricultura familiar condicionada aos interesses da grande propriedade.

Como resultado da política de modernização da agropecuária, implantada principalmente com o pacote tecnológico da Revolução Verde, a agricultura brasileira passou por significativas transformações. Segundo Mendonça (2004), a partir do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNRC – 1965), as políticas públicas se tornaram o principal instrumento de incentivo para a agricultura empresarial moderna do país, sem a qual a modernização agrícola brasileira não teria se efetivado com tanta eficiência. Políticas estas que, somadas ao período técnico-científico-informacional (1970), possibilitaram o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho, assegurando a expansão “controlada” do capitalismo no campo e na indústria.

Nesse contexto da implantação da modernização agrícola, a agricultura goiana passou também por intensas transformações. Desde a década de 1950, o Bioma Cerrado tem sofrido diversas modificações, perdendo a sua vegetação natural para a produção agrícola, principalmente o cultivo de soja ou para pastagem. Segundo Mendes (2005), o Cerrado constitui no segundo maior bioma do país, só perdendo para a Floresta Amazônica, e serve de interconexão com outros biomas nacionais, constitui-se no divisor de águas brasileiro, pois as principais bacias hidrográficas têm seus nascedouros nessa região. Assim a agricultura dita moderna, altera profundamente os recursos naturais dessa região, modificando a paisagem natural e contaminando o meio ambiente.

A ocupação do território goiano na década de 1950 ocorreu, principalmente, pela inserção da atividade pecuária nesta região, aumentando assim consideravelmente o crescimento das pastagens artificiais. Porém a partir de 1970 com o advento do período técnico-científico-informacional, ocorreu um significativo crescimento das áreas agricultáveis de Goiás, seja para a lavoura ou para a pastagem. O Bioma Cerrado passa a ser um atrativo para a produção de soja, devido a forte demanda do mercado internacional. Diante do contexto de ocupação das áreas de Cerrado, em particular do estado de Goiás, o Estado aliado à classe dominante dos grandes proprietários rurais, passa a fornecer créditos e incentivos fiscais em infra-estrutura,

pesquisas agronômicas, dentre outros programas de créditos especiais para a ocupação “racional” das áreas de Cerrado.

No entanto, o pequeno agricultor familiar, não teve acesso a estes incentivos do Estado, nem capital para investir na compra de maquinário e insumos modernos, prejudicando o aumento da sua produção e desse modo sua inserção no mercado. Esse segmento de produtores é denominado, pelos defensores da agricultura moderna (voltada para a exportação), de serem atrasados, conservadores e retrógrados que deveriam ser removidos do campo para dar lugar ao progresso, ou seja, ao agronegócio.

Nesse contexto da implantação da modernização da agricultura aumentam-se os problemas sociais, através da concentração da propriedade fundiária e da renda. A agricultura familiar foi forçada a adaptar-se frente a uma nova estrutura socioeconômica, definida pelas transformações locais, regionais e municipais, impostas pelo mercado e pela cultura urbana. Sendo assim as unidades de produção rural familiar foram obrigadas a adaptarem-se a novas estratégias de produção possíveis, para enfrentar as exigências do mercado, uma produção diversificada de gêneros alimentícios, diversidade nas atividades de produção, o uso de técnicas simples, tradicionais ou pouco modernizadas, produção voltada para o consumo com o excedente para o mercado interno, basicamente local dentre outras características.

Deve-se ressaltar que apesar da marginalização e da desvalorização da agricultura familiar esta é ainda responsável pelo fornecimento de grande parte da alimentação da população brasileira. De acordo com Santos e Silveira (2001), até o ano de 2001, a agricultura familiar era responsável por cerca de 30% do volume da produção agropecuária do Brasil.

A agricultura familiar no Município de Ouvidor (Go)

A partir desse contexto histórico da produção rural familiar, Ouvidor (GO) se destaca como um município que possui considerável relação entre o campo e a cidade, pois o produtor rural comercializa seus produtos no comércio local e nas cidades vizinhas. E também adquire produtos dos quais este não produz em sua propriedade.

A zona rural do município é dividida em sete comunidades principais: Paraíso de Cima, Paraíso do Meio, Paraíso de Baixo, Ouvidor dos Cláudios, Lagoa Limpa e Mata Preta. Comunidades estas, que situam-se próximas ao perímetro urbano, como pode ser observado na figura 1.

desenvolver com a instalação da mineradora Catalão do grupo Anglo América, no município de Catalão (GO), pois inicia o processo de exploração das jazidas de minério (nióbio e fosfato), entre o município de Ouvidor e o de Catalão. Segundo Alves (2006),

Mesmo com a “descoberta” de minérios a população não abandonou os costumes culturais advindos do meio rural. Hábitos como trabalhos artesanais feitos em tear, os bordados, os doces caseiros e outras atividades típicas da roça continuaram a existir. Segundo essa lógica da ruralidade, as casas possuem quintais espaçosos, para a criação de animais domésticos e plantações de subsistência, mantendo assim aquela vida “sossegada” do campo. (ALVES, 2006, p. 33, grifo da autora).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo demográfico de 2004, a população do município é de aproximadamente 4.562 habitantes, com 3.324 residindo na área urbana e 887 na zona rural. Houve um significativo crescimento da população do perímetro urbano entre 2000 e 2005, que migraram da zona rural para a cidade e de outras localidades mais distantes (Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná e Brasília), estes últimos chegaram com a expansão do agronegócio e também com a instalação de empresas no município.

A principal fonte de lucro é a Mineração Catalão que pagam altos impostos com a extração de minério da região. Têm-se também arrecadações de outras empresas de menor porte como a Sakura Alimentos, Cerâmica Paraíso, Laticínio Ouvidor, a Bonativa Cosméticos e do comércio. De acordo com o Departamento Financeiro da administração municipal do ano de 2005, a renda média foi de R\$ 999.266,00 mensais. Desse modo, o município de Ouvidor possui alto índice de arrecadações comparado a outros municípios da região, podendo então estabelecer maior assistência junto à produção rural familiar e a comunidade em geral.

A pesquisa empírica assentou-se nas seguintes comunidades: comunidade Paraíso de Cima, comunidade Paraíso do Meio e comunidade Água Limpa. Verifica-se que nestas comunidades, grande parte das propriedades rurais, possui características da produção rural familiar, isto é, assentadas na diversidade da produção e estruturadas no trabalho da família.

Os pequenos agricultores, das comunidades pesquisadas, fazem adoção de várias estratégias para se reproduzirem, através da produção diversificada com uma série de combinações agrícolas e não agrícolas; produção para o autoconsumo com o excedente voltado para o mercado local e das cidades vizinhas; utilização dos recursos naturais; o uso do trabalho familiar em todas as atividades do processo produtivo e, principalmente, vínculos de afetividade

com a terra. Características esta que tem permitido ao pequeno produtor rural dirigir a sua produção de acordo com a demanda da população local.

Nas comunidades Paraíso de Cima, Paraíso do Meio e Água Limpa, as propriedades são administradas pelos próprios donos juntamente com sua família, que executam praticamente todas as atividades, buscam complementar a mão-de-obra da família quando esta não é suficiente, geralmente na época do plantio e da colheita, através da contratação de trabalhadores temporários-quando dispõe de recursos financeiros. Outro meio de complementar a mão-de-obra da família, durante este período é a realização de mutirões ou demão em que agricultores vizinhos, parentes e amigos em geral prestam seus serviços gratuitamente ao realizador do mutirão. “O mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso, é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola”. (CANDIDO apud MENDES, 2005, p. 175).

No município de Ouvidor (GO), os pequenos agricultores familiares utilizam o comércio local e das cidades vizinhas como, Três Ranchos (GO) e Catalão (GO), para comercializar seus produtos e, assim, aumentar sua renda. A feira livre é um dos principais locais de comércio para este segmento de produtores, onde são comercializados desde produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, mandioca, batata, etc.), á galináceos, ovos, leite e seus derivados, farinha, polvilho, produtos artesanais como toalhas bordadas manualmente, cobertas feitas em tear, miniaturas de carros de boi, etc., compotas de doce, frutos do Cerrado como o pequi, pitanga, gabioba dentre outros. Verifica-se que os produtos mais comercializados são os de hortaliças, pois estes encontram mercado garantido no comércio local e nas cidades vizinhas.

Um aspecto importante a ser ressaltado no município de Ouvidor (GO), é que através de um projeto desenvolvido na câmara municipal em convênio com a Associação dos Pequenos Agricultores do município tem-se conseguido, do poder municipal, a concessão de maquinários para a preparação da terra, terraplanagem das estradas vicinais, construção e restauração de mata burros, pontes e o transporte de grãos colhidos. No entanto, nota-se que este acesso aos benefícios é mais acessível aos maiores produtores do município. O que torna necessário que o município crie políticas públicas de assistência aos pequenos produtores rurais da região.

O estudo a cerca da temática “a produção rural familiar” constitui em um tema complexo e dinâmico, no qual, ressalta as desigualdades e especificidades regionais da ruralidade brasileira. Esses grupos de produtores necessitam de projetos e políticas agrárias que

aponte novas possibilidades e perspectiva para esse segmento de produtores, tanto a nível nacional, estadual e municipal, garantindo-lhes meios de reprodução na atual situação socioeconômica e política em que se encontram.

Considerações finais

A política de modernização da agricultura brasileira, contrapõe-se a produção rural estruturada no trabalho familiar, voltada para atender a grande propriedade latifundiária, pois está não teve acesso aos mesmos incentivos financeiros e fiscais que agricultura empresarial moderna obteve junto ao governo brasileiro. Políticas estas que tem contribuído para agravar as condições de sobrevivência da agricultura familiar.

A partir do contexto das transformações sociais econômicas, culturais, políticas e dos novos arranjos espaciais presentes no desenvolvimento da agricultura brasileira, a produção rural familiar encontra-se vinculada a um cenário de rápidas mudanças socioespaciais que impõe a esse segmento de produtores o desafio constante de superação. Diante dessa realidade as comunidades rurais definem-se por apresentar características socioculturais, morais, valores e pela diversidade na produção, o que tem permitido sua reprodução diante das novas exigências da lógica capitalista de produção, voltada para atender a demanda do mercado.

No entanto, a agricultura familiar ainda enfrenta muitos problemas, como os altos preços dos insumos agrícolas, a demanda irregular do mercado, a falta de políticas agrárias capazes de atender suas necessidades e os baixos preços de mercado para seus produtos. Contudo, pode-se afirmar que os agricultores familiares da sociedade contemporânea sobrevivem, frente aos novos desafios, lançando mão de uma multiplicidade de mecanismos, conhecimentos e da experiência que adquiriram ao longo de sua formação e existência, resultando em estratégias de reprodução das unidades rurais familiares.

Para a sociedade como um todo a produção rural familiar, se apresenta como unidade de produção que abastece o mercado interno com gêneros alimentícios diversificados, a cultura e os valores da ruralidade brasileira forma um rico patrimônio sócio-cultural. Esse segmento de agricultores familiares faz o uso da terra como meio de sobreviver e não como reserva de valor. Desse modo torna-se importante analisar a produção rural familiar em suas particularidades tanto a nível nacional, regional ou local, pois está é responsável por grande parte da produção agropecuária do país.

Desse modo, pensar o meio rural é analisá-lo através de uma série de fatores presentes no modo de vida do produtor rural. Pois a realidade pesquisada é sempre muito

complexa. E identificar a heterogeneidade de elementos, presente nas unidades de produção rural familiar torna-se um desafio na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. de F. **A influência das políticas assistencialistas na dinâmica populacional de Ovidor (GO): um estudo de caso sobre o conjunto habitacional Vila Nova (1992/2005).** 2006. f. 29-49. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2006.

ANTUNES, C. **A grande jogada: manual construtivista de como estudar.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 44 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências, elaboração:** NBR. 6023. Rio de Janeiro, 2002. p. 7-23.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988, p.103.

FERNANDES, J. **Técnicas de estudo e pesquisa.** 7. ed. Goiânia: Kelps, 2004. 81 p.

GÖRGEN, Frei S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, novembro de 2004. 87 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1-2. p. 1789-231

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** São Paulo: Puc, 2005. 108 p.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. 151 p.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** Presidente Prudente, 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

_____. **Sugestões para a elaboração de projetos de pesquisa: questões conceituais e metodológicas.** Catalão, 2005. 14 p.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano.** Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. f. 27-36, 98-108, 190-195, 213-231.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 2 ed. São Paulo: Série Princípios, 1987. 87 p.

PRETO, A.; OLIVEIRA, A. U. **O mito do agronegócio e a agricultura camponesa.** Brasília: Centro de documentação e informação, coordenação de publicações, 2005. 85 p

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 118-135.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FRANÇA, M. N. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006.